

O PENSAMENTO ECONÔMICO MINEIRO NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA – JOÃO PINHEIRO DA SILVA

Marcos Fábio Martins de Oliveira¹

Resumo: O presente artigo busca resgatar o surgimento do desenvolvimentismo, em sua vertente mineira, demonstrando a precocidade da gênese de suas ideias com base na organização da economia de Minas. Economia essa, entendida aqui, como diversificada e pouco concentrada, tendo como fundamento a fazenda mista/fazenda mineira. A concorrência dada pelos Estados do Rio e, principalmente, São Paulo, demonstram a fragilidade da economia mineira, determinando um discurso e reivindicações de apoio do Estado rumo ao protecionismo e diversificação da produção. A classe política mineira, pela sua origem e grupos de apoio, tinha múltipla e simultânea origem, e era, muitas vezes, composta por fazendeiros (fazenda mista), comerciantes, industriais e políticos (mecanismo que ampliava sua voz). Apesar da consolidação de um projeto, apresentado no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, ele não encontra adequadas condições de implantação. Suas ideias seriam gradativamente retomadas pós 1930 em nova conjuntura. A participação mineira na formação e gestão do desenvolvimentismo clássico (anos 50 e 60 do século XX) foi resgatada e associada ao projeto inicial através da figura de Israel Pinheiro da Silva, filho de João Pinheiro da Silva, um dos expoentes tratados no período inicial.

PALAVRAS-CHAVE – Desenvolvimentismo. Minas Gerais. João Pinheiro da Silva. Protecionismo. Diversificação.

¹ Professor da Unimontes, Departamento de Economia. Doutor em História Econômica pela USP.

Abstract: This article seeks to rescue the emergence of developmentalism, in its Minas Gerais aspect, demonstrating the precocity of the genesis of its ideas based on the organization of the economy of Minas. This economy, understood here, as diversified, and not very concentrated, based on the mixed farm/farm from Minas Gerais. The competition given by the states of Rio and, mainly, São Paulo, demonstrates the fragility of the Minas Gerais economy, determining a discourse and claims for the support of the State towards protectionism and diversification of production. The Minas Gerais political class, due to its origin and support groups, had multiple and simultaneous origins, and was often composed of farmers (mixed farm), merchants, industrialists, and politicians (a mechanism that increased their voice). Despite the consolidation of a project, presented at the Agricultural, Commercial and Industrial Congress of 1903, it does not find adequate conditions for implementation. Its ideas would be gradually taken up after 1930 in a new situation. The Minas Gerais participation in the formation and management of classical developmentalism (50s and 60s of the 20th century) was rescued and associated with the initial project through the figure of Israel Pinheiro da Silva, son of João Pinheiro da Silva, one of the exponents discussed in the initial period.

KEYWORDS – Development, Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, Protectionism, Diversification.

Introdução

O presente artigo busca discutir o pensamento econômico mineiro, sobretudo sua precocidade na defesa do protecionismo, diversificação da produção e participação do Estado na economia, elementos estes que viriam a ser considerados base para o chamado *desenvolvimentismo* nos anos 50 e 60 do século XX. A pergunta fundamental é: qual a razão desta precocidade? Qual a base econômica deste pensamento e seu inter-relacionamento com a economia real?

Começamos com um texto balizar da história econômica brasileira, o livro de Carone (1977), *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Ele reproduz o *Manifesto da Associação Industrial*, de 1881, que teve como um dos seus principais autores, Antônio Felício dos Santos, cuja família (os Mata-Machado), tinha indústria têxtil em Diamantina (de onde exerciam

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

liderança política pela região), interior de Minas, em uma de suas regiões mais isoladas, o Norte do Estado. Neste documento citado por Carone são lançadas as bases da defesa do protecionismo e da indústria brasileira.

O argumento aqui desenvolvido, em síntese, é que o período após o ciclo da mineração do ouro promoveu a diversificação da produção em Minas (MARTINS, 1980), seja ela agrícola ou manufatureira. O fato de ter um território interiorano, protegido da concorrência estrangeira por barreiras naturais e transporte, permitiu o florescimento deste tipo de economia. Por outro lado, o político e a elite mineira, estavam associados a essa economia: a típica fazenda mineira era mista; pecuária, agricultura e manufatura de transformação (laticínio, aguardente e processamento de outros produtos) conviviam, e os principais produtores também eram líderes comerciais e políticos, onde muitos deles possuíam participação em indústrias têxteis (a atividade que, de fato, pode ser chamada de indústria).

A união entre a visão empresarial e política permitiu a precoce consciência da necessidade de intervenção do Estado para estimular e proteger a florescente indústria manufatureira. O crescimento da competição vinda do Rio de Janeiro e, depois, de São Paulo, à medida que o mercado nacional se integrava, criavam ameaças as pequenas produções espalhadas por todo o território mineiro. As forças políticas e empresariais eram uma só (indivíduos exercendo múltiplos papéis), principalmente quando comparadas *vis a vis* a São Paulo, onde claramente a dominação política se fazia pelas elites cafejeiras (especializadas numa atividade de alta rentabilidade e ligada ao mercado externo) e a nascente indústria, que se fazia principalmente com base no imigrante importador (SUZIGAN, 1986). Em Minas, a necessidade de protecionismo e intervenção do Estado era mais clara.

O auge desse processo seria alcançado no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, onde “O protecionismo amplo seria o amalgamador deste projeto. A ideia geral é que Minas, unificada pela ação do PRM, apresentaria seu projeto ao país” (OLIVEIRA, 2012, p.58).

Como sabemos, a trajetória seguida pelo país foi outra. Liderada por São Paulo, a economia agroexportadora dominou e uma gestão mais liberal imperou. Minas e seu projeto ficaram numa posição subordinada e adaptativa. A possibilidade da retomada daqueles pensamentos se deu a partir de 1930 com Getúlio Vargas e atingiria seu auge no Governo

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Juscelino Kubitschek, quando, de fato, consolida-se o pensamento desenvolvimentista² no Brasil.

Para tratar da contribuição mineira na formação do pensamento desenvolvimentista, sua base e gênese, destacaremos, além do Congresso de 1903, três personagens: Francisco Salles, João Luís Alves e João Pinheiro, com destaque para esse último.

O presente trabalho é dividido em sete seções, além desta introdução. A saber: 2, A economia mineira nos séculos XIX e início do XX; 3, O congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903; 4, A contribuição de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves; 5, O caminho de Minas, A recuperação econômica; 6, A conexão com o período desenvolvimentista; e 7, Considerações finais.

1. A economia mineira nos séculos XIX e início do XX

Se, durante o século XIX, a decadência da mineração foi vista como a decadência da economia da província de Minas Gerais, concordamos com Furtado (1999) que aponta que, principalmente a partir da tese de Martins (1980), era possível o crescimento e desenvolvimento numa economia não exportadora, bem como a possibilidade de compatibilização de mão de obra escrava e existência de manufatura, conforme demonstrado por Douglas Libby.

Daí surge uma economia diversificada, como demonstrado por Paiva (1996) e depois aprofundado em pesquisas pelo Cedeplar por Paiva e Godoy (2002). Essa produção diversificada atendia não somente a Minas como também aos estados limítrofes, demonstrando uma economia dinâmica (PAIVA e GODOY, 2002).

Do ponto de vista micro econômico, firmava-se a “fazenda-mineira” ou “fazenda-mista” (veja também Martins Filho, 2009), onde:

Dentre os atributos da economia de Minas Gerais no século XIX, a tendência à diversificação da base produtiva ocupava lugar de destaque. A típica grande *fazenda mineira* caracterizava-se por pauta produtiva diversificada, inclinava-se para a mais ampla auto suficiência, para a menor dependência possível de fatores externos e para a maior flexibilidade na alocação de seus fatores produtivos. Propendia, portanto, a complexificação da agenda agrícola, a expansão dos investimentos no sentido de alargar a capacidade de beneficiar e transformar sua produção da agricultura e pecuária, a formação de mão-de-obra apta ao desempenho de múltiplas atividades e, ao mesmo tempo, capaz de atender às necessidades impostas por tarefas especializadas, a progressiva incorporação de atividades subsidiárias que reduziam a dependência de importações e intermediários e a adaptação do

² Sobre desenvolvimentismo, ver Bielschowski (1988).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

consumo interno às restrições que o isolamento e o nível reduzido de capitalização impunham. A eleição de produto ou produtos orientados para mercados externos, determinada pela combinação da influência de fatores naturais com aspectos mercadológicos, sempre processava-se em regime de semi-especialização.³ (PAIVA e GODOY, 2002, pp. 33-34)

Às atividades agropecuárias, muitas vezes, se juntavam as “industriais”. Na realidade, pouco mais que o processamento e manufatura do leite, carne e cana. Desta última, eram feitas cachaça e rapadura (e açúcar, em unidades de maior porte); do gado, laticínios, charque e outros produtos; do porco, banha e toucinho. Apesar da simplicidade desses produtos, não podemos esquecer do início do império dos Matarazzo, com banha de porco e fósforos.

Os líderes desses negócios também eram comerciantes e, os maiores, até verdadeiros industriais ou sócios nas indústrias têxteis, disseminadas no território de Minas, especialmente na porção norte, mais isolada e protegida da concorrência externa (MATA-MACHADO, 1985).

O vice do governo Salles, Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas, foi um dos proprietários da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira⁴ (MONTEIRO, 1994, p. 401). Afonso Pena e muitos políticos de Minas seguiram o mesmo caminho, com diversificação da produção agrícola, associando com outras atividades econômicas (comércio e “indústria”) e atividade política.

Mesmo as fazendas de café da Zona da Mata e do Sul de Minas, onde o café melhor se adaptou, mantinham a característica de “fazenda mista/fazenda mineira”. Estavam na posição de produtor *marginal*, ou seja, aquele que só obtém lucros quando as condições de mercado são excepcionalmente favoráveis. É um produtor *marginal*, fadado a ser eliminado da concorrência, devido às desvantajosas condições do solo, da adaptabilidade do produto ao ambiente, distâncias e custos envolvidos.

Assim, mesmo os produtores de café defendiam protecionismo e a diversificação, pois era a melhor maneira de se protegerem. A outra, era refugiar-se no mercado interno,

³ PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. **Território de Contrastes: Economia e Sociedade nas Minas Gerais do Século XIX.** In Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002, p.33-34

⁴ Para história e importância da Cedro e Cachoeira, uma das pioneiras em Minas, veja Vaz (1990 e 1996) e Giroletti (2002).

⁵ Apesar de Minas ser um grande produtor mundial; mas não o era em relação ao Rio inicialmente e depois muito menor que São Paulo.

A produção de Minas no século XX era maior que a da América do Sul e do que da América Central e México. A América do Sul (incluindo a da Colômbia) só superaria a de Minas nos anos (19)20, mesmo assim muito próximos. (PIRES, 2007, pp. 139-140).

especialmente mineiro, para escoar sua produção.

Retomando o tema da “fazenda mista”, a proximidade da Corte tinha favorecido o florescimento da diversificação, mas, posteriormente, assim como o rápido e crescente desenvolvimento de São Paulo, criou-se uma competição cada vez maior. Os mineiros perceberam, assim, que a “intervenção” e protecionismo seriam necessários. Estas demandas desaguaram no Congresso de 1903.

2. O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903

O Congresso de 1903 foi um acontecimento, e apresentava uma Minas Gerais “pacificada”⁶ politicamente e um projeto para o Brasil. Apresentava, também, Belo Horizonte, a Cidade de Minas, que também fazia parte do projeto.

Belo Horizonte foi pensada para ser o centro polarizador de Minas, – econômico, político e demográfico – contribuindo para colocar o Estado na trilha do progresso, tornando-o, inclusive, um polo industrial. Deveria polarizar os recursos, que, de outra forma, eram capturados inicialmente pelo Rio e, desde o final do século XIX, por São Paulo⁷. A cidade foi oficialmente inaugurada, o momento era de festa e atraiu a atenção de lideranças mineiras e nacionais, bem como da imprensa.

O Congresso teve detalhada preparação, com coleta e participação de delegações de municípios de todo o Estado, das associações comerciais e de produtores rurais (em grande parte representados pelas Câmaras Municipais). Os diversos segmentos econômicos tinham suas comissões, bem como existia uma Comissão Fundamental que consolidava as diversas propostas e definia as teses principais a serem apresentadas no plenário⁸.

As teses prevaletentes no Congresso foram o protecionismo, a diversificação e a defesa dos incentivos ao desenvolvimento e a industrialização. Mesmo a comissão do café criticava a monocultura e clamava por diversificação. Outros problemas apontados eram a falta de infraestrutura, em geral, e de transporte, em particular, o que prejudicava a integração econômica.

⁶ As custas de acordos e cooptações.

⁷ Belo Horizonte nasceu para ser o centro financeiro, industrial e político do Estado. “Financeiro, para concentrar em Minas os recursos que então se esvaíam para outras unidades da federação; industrial, para gerar um foco de progresso e atrair a mão-de-obra que migrava para os estados mais desenvolvidos; político para desestimular as tendências separatistas de algumas zonas do Estado” (MATA-MACHADO, 1985, p.84)

⁸ Para aprofundar no Congresso, veja Oliveira (2012).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Os jornais da época lembravam das teses protecionistas de Ruy Barbosa⁹. Se não tinham conseguido naquela época prosperar, agora parecia que tinha chegado a hora. Essas ideias avançaram em articulações com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (futuro Centro Industrial do Brasil).

A análise crítica sobre a monocultura cafeeira e a alternativa traçada, de diversificação da produção, encontrava respaldo na realidade da economia mineira, ou seja, produção em grande parte voltada para o mercado interno e diversificada¹⁰, embora pouco competitiva, pois havia perdido espaço para importações. O *Minas Geraes*¹¹ aponta uma série de produtos antes exportados e então importados por Minas¹². A estratégia seria promover a produção interna e a substituição de importações

Numa síntese dos encaminhamentos das decisões do Congresso de 1903, Carvalho (1963) aponta que:

“Desse Congresso saíram as diretrizes para a nova política econômica de Minas e do país – protecionismo (João Luís Alves), a legislação de águas (Alfredo Valadão), o aproveitamento do subsolo pelo Código de Minas (Pandíá Calógeras), a valorização do café (Convênio de Taubaté) e a estabilização da moeda nacional com a Caixa de Conversão (Davi Campista).” (CARVALHO, 1963, p. 131)

A esperança era grande. Minas apresentou seu projeto para o Brasil, mas não teve forças para implantá-lo, pois o jogo político interno prejudicou. Martins Filho (2009) assim interpreta:

“a unificação da política mineira resultou, primordialmente, de amplo e abrangente processo de cooptação políticas de todos os grupos e facções que tinha algum poder de pressão dentro do estado. Nesse processo, a representação consistente de interesses econômicos não desempenhou papel especial.” (MARTINS FILHO, 2009, p.7)

Mesmo quando reivindicações eram atendidas, como no caso da expansão do transporte ferroviário, isto muitas vezes levou ao prejuízo de setores e regiões específicos, fazendo que a competição destruísse parte daquela economia diversificada previamente

⁹ Jornal **Minas Geraes**, 07 de fevereiro de 1903, p. 3.

¹⁰ Para se aprofundar nos conceitos e implicações na existência da fazenda mista/mineira, veja Martins Filho (2009), especialmente o capítulo 3.

¹¹ Jornal **Minas Geraes** 02 de fevereiro de 1903, p. 2.

¹² Destaque que os termos exportação e importação se referem ao Estado de Minas e não ao país, como atualmente se tornou usual. Mas como Minas era o abastecedor de produtos agrícolas e animais (e seus derivados) para o Rio e São Paulo, possivelmente trata-se de importação (abastecimento pelo mercado externo), embora a exportação fosse para o mercado nacional.

existente. Mas, mesmo nestas regiões, o “trem” era saudado como símbolo da modernidade.

Se Minas não conseguiu implantar seu projeto naquele período, plantou ideias que contribuíram para o período posterior, quando as condições favoráveis se apresentaram. Na próxima seção são explicitadas algumas destas ideias.

3. A contribuição de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves

4.1 Francisco Salles

Embora seja destacado o papel de João Pinheiro da Silva, necessário se faz apontar outros atores importantes na construção do pensamento em prol do desenvolvimento¹³, sendo Francisco Salles, apontado por Resende (1978) e Luz (1978), como um dos políticos e estadistas mais importantes para esse processo. Defendendo o mesmo a ideia da diversificação da produção como fator de desenvolvimento, sendo que a mesma seria alcançada com protecionismo.

Essa ideia estava enraizada na própria experiência familiar. Seu pai era um típico representante das “fazendas mistas” mineiras (as quais tratamos na seção 2), que agregavam e combinavam a produção agrícola a “industrial”.

Francisco Salles defendia a diversificação, inclusive pela sua experiência como Secretário de Fazenda de Minas, pois percebia que a elevada dependência do café limitava a receita e, portanto, a capacidade do Estado. Foi em seu governo como Presidente de Minas que foi realizado o Congresso de 1903, aos cuidados de João Pinheiro.

Para Salles, o rumo para o desenvolvimento seria animar e estimular as forças produtivas, além da diversificação da produção (agrícola e industrial) e da industrialização progressiva e protecionismo.

A excessiva produção de café, para Salles, ofuscava e inibia outras culturas, daí a necessidade de diversificação. Mesmo assim, ele foi um dos idealizadores do Convênio de Taubaté (1906), tendo promulgado a Lei 400, de 13/11/1905, que, para Franco (1955), foi precursora do convênio que seria assinado por Minas no ano seguinte com os presidentes de São Paulo e Rio de Janeiro. O convênio, aponta Franco (1955, p. 445), foi de grande importância, pois significava “a intervenção franca do estado no domínio da iniciativa

¹³ Para um contexto geral da formação dos atores destacados e do contexto da época veja Oliveira, 2012, especialmente capítulo 2.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

particular no que ela tinha de mais sagrado para aquela geração liberal: o uso da terra”.

A posição de Salles era clara em prol da diversificação, do protecionismo e do apoio a produção. O Estado deveria se fazer presente, e o desenvolvimento não poderia ficar dependente apenas dos investimentos privados (Relatório I do Ministério da Fazenda Francisco Salles de 1910 e 1911).

João Pinheiro da Silva

As proposições de João Pinheiro seguem na mesma direção, mas ganham uma clareza maior quanto a industrialização. Salles refere-se muitas vezes ao termo “indústria” como “produção” (agrícola ou industrial, pois na fazenda mista eram integradas), já Pinheiro tem este ponto mais claro, porque baseava-se em sua experiência como criador e dono de uma empresa claramente de transformação, a Cerâmica Nacional de Caeté (além de atividades agro-pastoris). Tendo sido Governador interino no período revolucionário republicano e, posteriormente, Deputado Federal Constituinte, afastou-se da política para se dedicar a sua empresa. Paradoxalmente, foi a consciência obtida na atividade empresarial que, segundo suas próprias palavras, o direcionou novamente para a política:

“Esta política é um grande mal para minha fabrica; (...) está quase tudo dependendo de minha direcção pessoal (...). Entretanto há de parecer um paradoxo que seja a fabrica que me empurra com mais violência para a ingratião da lucta partidária. Por que? Muito simples. Fazer indústria nova, produzir, custa sacrificios inauditos, e, ainda há dificuldade superior a todos estas: - é a d. vender a mercadoria feita. Ah! Meu caro amigo, nunca plantaste batatas! Caí uma vez nessa asneira, cultivei uma quarta d. chão, obtive colheita estupenda, remiti-a nuns balaio e fui pessoalmente ao Rio de Janeiro, vender os meus formosos tubérculos (salvo seja)! É ainda com ódio, que me lembro da peregrinação humilhante, de português em português, batateiros d. profissão e como o cérebro também entufado d. batatas e me disseram desaforos e me não quiseram comprar minha linda mercadoria e offereceram um preço vil e afinal me obrigaram a entregar a colheita quase dada. (...) E o **protecionismo nasceu como a solução salvadora dos que trabalham** dos que querem aproveitar as nossas terras desertas e os nossos braços desocupados, dos que sendo **donos de seu paiz devem também ser senhores do seu mercado**, e, para vender tubos foi a mesma lucta para vender a louça será a mesma humilhação e d. novo ver agora claramente como o plantador de batatas e fazedor d. panelas foi empurrado para a lucta ingrata da politica. (grifos nossos). (Carta a Calógeras, APM, doc. 1620, 1905, p.8, caixa 12)

Sua reaproximação com a política se deu na organização do Congresso de 1903, depois na eleição ao Senado Federal e, mais adiante, como Governador eleito.

Quando candidato ao Governo, Pinheiro colocou-se como legítimo representante da

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

classe empresarial (produtores): ali não estava um político, como disse no Congresso das Municipalidades, “mas alguém que veio do trabalho austero e custoso e conhecia as dificuldades do trabalho direto do produtor”. (Jornal Minas Gerais, ano XVI, n. 242, p.4).

Entre suas contribuições ao longo de seus mandatos e o Congresso de 1903, destaca-se a defesa do protecionismo. Para ele, a monarquia era livre cambista, o que causava a pobreza do país. A República, então, deveria aproveitar o protecionismo como instrumento para o desenvolvimento do Brasil.

A situação provocada pela ausência de protecionismo se agravava pela existência de impostos interestaduais (e, em Minas, mesmo intermunicipais e, em casos extremos, intramunicipais), o que dificultava o crescimento da integração e aumento da escala de produção. Estes impostos, para ele, representavam uma ameaça a continuidade da Federação Brasileira.

Pinheiro considerava injusta a competição; estrangeiros eram isentos de impostos de importação e, os brasileiros, eram taxados. No entanto, não tinha restrição a investimentos externos (ele próprio descende de italianos), desde que viessem promover substituição de importações e promoção das exportações.

João Pinheiro entendia a agricultura e pecuária como prioridades, no sentido de ser a oportunidade imediata, que se impunha naturalmente, como fonte de geração de divisas, receitas públicas e riqueza nacional. Para ele, havia um grande leque de substituições de importações a fazer. A crise de superprodução do café abria esta possibilidade, já que tinha esperança de que a atividade cafeeira não mais drenaria todos os recursos para sua expansão. A então crise, com a diminuição da rentabilidade (muito superior, *vis a vis* outros produtos), abriria possibilidade de outros produtos.

O desenvolvimento da agricultura e pecuária estimulariam, posteriormente, a própria produção industrial, com o fornecimento de produtos e matérias-primas. Apesar disso, considerava a indústria e o urbano como o ideal:

A exemplo da capital do Estado, as outras municipalidades deverão **favorecer, por todos os meios, a criação destes centros de trabalho industrial**, de que resultam uma **civilização mais adiantada e vida mais intensa** como a que as cidades oferecem, com **superioridade, relativamente ao campo**. Os fundamentos, entretanto, do trabalho generalizado e remunerador para todos, dada a **nossa situação especial**, estão preferencialmente na

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

agricultura: a população das cidades em comparação com a dos campos é muito diminuta (**grifos nossos**).¹⁴

A ideia era partir do mais simples para o composto. Para que isso acontecesse, a tarifa protecionista seria fundamental, protegendo a indústria nascente, principalmente aquelas já constituídas, que enfrentavam uma luta desigual com as estrangeiras. Para Pinheiro, seria muito mais importante importar as manufaturas do que os objetos manufaturados, sendo necessário apoiar as indústrias a se estabelecerem e se firmarem.

Seu posicionamento pró-indústria era inequívoco. Sua defesa prioritária a indústria infante já instalada espontaneamente, porém, não se confunde com a discussão existente à época, de indústrias artificiais. Em suas próprias palavras:

“Não ha indústrias artificiaes, O que faz a indústria não é a matéria prima, é a mão de obra, é o trabalho do operário. (...) o que valoriza o artefacto é o trabalho industrial, é o esforço para chegar àquelle resultado. Não pesa absolutamente isto que allegam para essa falsa classificação de indústrias artificiaes, de que a matéria prima é importada; os paizes manufactureiros por excelência não produzem, na maioria dos casos, a matéria prima (...). (...) e seria ridículo dizer que as suas indústrias são artificiaes”.¹⁵

Esta visão progressista se consolida com a ideia de que o desenvolvimento deveria ser baseado no aumento da produção e da produtividade e, para isso, deveriam ser utilizados todos os meios, sendo a modernização dos processos e produtos a questão central. A educação, outra das preocupações de João Pinheiro, seria fundamental neste sentido, especialmente a educação para o trabalho; do básico ao técnico, até chegar ao superior, com bolsas e missões ao exterior para obter novos conhecimentos. A educação, no entanto, não se restringiria ao trabalho, mas a formação geral e a consolidação da cidadania, para ele, elemento balizar para a República.

Finalizando, vemos que João Pinheiro tinha esperança nas “classes produtoras”, das quais se coloca como representante. Acreditava, inclusive, na necessidade de maior engajamento da classe na política. O Estado deveria atuar e estimular as energias das “classes produtoras”. A equação se fecha reunindo as visões do empresário (preocupação com

¹⁴ **Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro**, 1907, p.11

¹⁵ O Novo Governo de Minas, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal **O Paíz**, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, / n. 43, ano 1906, 17 de setembro., p. 31.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

produção e produtividade) e a de estadista (finanças e produtividade). A consolidação de uma ordem burguesa e capitalista seria o caminho a ser perseguido, onde o papel do empresário seria fundamental. O protecionismo seria o elemento amalgamador deste processo.

João Luís Alves

O último personagem a ser descrito é João Luís Alves, Deputado Estadual, Federal e, depois, Ministro da Justiça e STF. Destacamos o seu papel como deputado federal e autor do projeto de lei mais francamente protecionista, fruto dos trabalhos do Congresso de 1903. Nicea Vilela Luz (1978, p. 133) assim resume:

“O seu projeto era, realmente, o reflexo fiel das tendências nacionalistas da época – defesa e amparo da produção nacional por meio de uma tarifa protecionista. Neste sentido João Luís Alves propunha uma extraordinária elevação dos direitos sobre os produtos agropecuários e sobre as matérias-primas similares às nacionais. Assim, o gado vacum sofreu elevação de 100 por cento, o suíno de 200 por cento, a banha 33 por cento, o que vinha favorecer, particularmente, o estado de Minas Gerais; os cereais também sofreram aumento: arroz, farinha de trigo e o trigo em grão, 100 por cento; o feijão 66 por cento; o milho 50 por cento. Como exemplo de matérias-primas cujos direitos foram consideravelmente elevados, podemos citar as madeiras, algumas, como o pinho, apresentando um aumento de 165 por cento. Não estava, porém, imbuído do preconceito a respeito de indústrias artificiais e o seu projeto dispensava proteção a certas indústrias assim consideradas, como perfumaria. Diante da alternativa de escolher entre uma indústria “artificial” e uma “natural”, João Luís Alves, como bom nacionalista, preferia, entretanto, as que utilizavam matéria-prima nacional”.

Apesar dos esforços e da articulação com a Associação Industrial do Brasil (núcleo do futuro Centro Industrial do Brasil), o projeto não foi aprovado, pois sofreu forte oposição de interesses regionais, dos fiscos, do café e até de interesses urbanos. Luz (1978, p. 141-142) assim conclui:

“Esta oposição crescente de certos interesses urbanos [que acusavam o protecionismo como culpado pelo elevado custo de vida] veio reforçar a tradicional resistência da lavoura, dos interesses regionais e do fisco para derrubar definitivamente o projeto protecionista de João Luís Alves. Com o projeto Luís Alves estava morta a ofensiva protecionista, iniciadas com o Congresso de Belo Horizonte, em 1903. Inaugurar-se-ia para indústria nacional uma fase, sobretudo defensiva (...).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

João Luís Alves tem outras importantes contribuições, especialmente nas questões ligadas ao trabalho e aspectos sociais. Sua visão era bem moderna para época, antevendo que a questão do trabalho deveria extrapolar o âmbito das relações privadas, devendo ser ocupada e regulada pelo Estado. Tais posições já estavam presentes no Congresso de 1903 e, mesmo antes, em suas manifestações.

Retomando à legislação protecionista, Bastos (1952) aponta que a luta durou de 1903 a 1907 e, depois, não voltou a ser discutida, pois novos mecanismos já estavam em funcionamento, como a elevação do imposto-ouro sobre direitos de importação e a Caixa de Conversão e Convênio de Taubaté (1906, cujos precedentes tinham raízes no Congresso de 1903 e na legislação mineira).

O falecimento de João Pinheiro, em 1908 (sem terminar seu mandato de Governador ou participar da sucessão de Afonso Pena), e o posterior falecimento do próprio Afonso Pena, também sem terminar seu mandato na presidência da república, enfraquecem ainda mais este grupo nacionalista e protecionista que então se formava. Pejorativamente, os apoiadores de Afonso Pena eram chamados de “Jardim da Infância”¹⁶, pois eram jovens idealistas que queriam um novo projeto para o país.

Obviamente, como dito acima, as questões econômicas tiveram muita importância, e Minas era o sócio economicamente menor no quadro político nacional, o que enfraquecia o seu papel e o de suas elites no cenário brasileiro.

Com a não aprovação do Projeto Protecionismo proposto pelos mineiros, com a continuidade do avanço da cafeicultura¹⁷ e a perda de representatividade mineira no quadro nacional, a política mais pró-desenvolvimento e diversificação ficou prejudicada. Continuou imperando a economia agroexportadora, embora a própria expansão da economia impulsionasse algumas atividades industriais (para rever esta situação, vide SUZIGAN, 1986).

A concentração industrial cada vez maior em São Paulo, tão bem explanada nos clássicos de Wilson Cano (1977 e 1985), manteve a pressão concorrencial contra Minas Gerais. Assim, aquele quadro apresentado da economia mineira no século XIX e início do

¹⁶ CPDOC. Afonso Pena. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENA,%20Afonso.pdf>. Ver também sobre os efeitos das mortes de João Pinheiro e Afonso Pena, Arinos (1977, especialmente 486).

¹⁷ O auge da crise cafeeira se deu no final do século XIX, o Congresso ainda refletia os problemas anteriores e suas consequências. No entanto as medidas de intervenção, como o Convênio de Taubaté dentre outras, permitiram a expansão da atividade, mesmo que as custas de se estimular a superprodução e criação de concorrentes internacionais.

XX se manteve. Minas continuava reivindicando intervenção do Estado e apoio as atividades produtivas.

Este quadro e trajetória do desenvolvimento de Minas já foi bem trabalhado em Dulci (1999) e Diniz (1991), mas a solução só foi possível com a mudança da conjuntura nacional. A crise de 1929 e a resposta dada pelo Brasil (FURTADO, 1982; SUZIGAN, 1986; e MENDONÇA e PIRES, 2002,) coloca o país numa lógica mais pró-mercado interno e substituição de importações. Estes pontos (diversificação, protecionismo e estímulo e unificação do mercado interno) foram muito trabalhados na época do Congresso de 1903. A partir de então, as ideias de Minas e outras unidades da federação, destacando a vertente gaúcha (FONSECA, 2004) puderam florescer.

O Caminho de Minas será explanado na próxima seção.

4. O CAMINHO DE MINAS, RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.

Embora Suzigan (1986) se concentre na experiência de São Paulo relacionada ao café como ponto principal da explicação (várias teorias) para industrialização brasileira, ele faz questão de destacar que elas não abarcam a riqueza da experiência do país. O relato a seguir se embasa substancialmente nas visões de Diniz (1981) e Dulci (1999), e, para nosso propósito, especialmente esse último.

Dulci (1999) aponta que não se pode tomar São Paulo como “modelo” para análises da produção cafeeira brasileira, nem mesmo em seus impactos na indústria e no desenvolvimento e “transição” capitalista em geral. O mesmo encontra respaldo em Pires (2012), que considera o caso de São Paulo mais como exceção do que propriamente a regra. Vejamos então o caso de Minas.

Os argumentos de Dulci (1996) e Oliveira (2012, especialmente 4.1) sintetizam a modernização pela qual passou Minas Gerais. Dulci (2012) inicia com a economia se transformando a partir de uma lógica centro-periferia, seguindo a **lógica do mercado**, com a economia e indústria paulista dominando o mercado nacional. Aponta, porém, que paralelamente, existia uma estrutura de poder, que exercia influência na lógica da distribuição dos investimentos, podendo ser incrementada ou restringida a depender das forças políticas envolvidas. Para explicar a lógica sobre o desenvolvimento desigual propõe duas abordagens: uma de cunho mais político e econômico e uma segunda de cunho mais sociológico.

A primeira abordagem se baseia em Trotski e Gerschenkron. Do primeiro autor,

utilizou a ideia do desenvolvimento desigual e combinado, permitindo que um território possa ter em algumas partes a **especialização** e em outras a **diversificação**. Do segundo autor, tirou a importância crescente da política para o desenvolvimento.

Embora por outros fundamentos, Dulci (1999) chega em conclusão semelhante pela via sociológica, ou seja, na crescente importância do sistema de poder, com primazia dos fatores políticos sobre os fatores de mercado.

Se estes fatores políticos levaram a uma dispersão dos recursos na Primeira República, o que prejudicou a consolidação de um mercado mais centralizado e forte em Minas Gerais (ver Oliveira, 2012), por outro lado, ao se mudar a conjuntura pós 1930, estes mesmos fatores políticos ligados ao planejamento e ao político propiciaram uma estratégia bem-sucedida de industrialização baseada numa especialização produtiva complementar a São Paulo, com forte presença do estado e do capital estrangeiro. O desenvolvimento mineiro se dá, então, não apenas nas forças de mercado, mas assentada na estrutura de poder.

Na próxima seção serão explicitados como evoluem as ideias do Congresso de 1903 e de João Pinheiro e como chegam até o período do desenvolvimentismo.

5. A Conexão com o período desenvolvimentista

Dos três estadistas tratados, Salles, Alves e João Pinheiro da Silva, foi dado destaque para esse último. Suas ideias chegaram a nós de maneira mais direta, inclusive em ações práticas desde os anos (19)30, com a atuação de seu filho no governo de Minas.

A bibliografia sobre João Pinheiro é ampla e bem difundida, destacamos apenas algumas, de caráter mais geral e ligadas à política e ao desenvolvimento, como Câmara (s/d), Sena (1941), Tamm (1947), Rache (1947), Lins (1950), Coelho (1960) e Barbosa (1980). Sobre educação e reforma escolar, são muitos os trabalhos destacando suas contribuições. O interesse por João Pinheiro, desenvolvimentismo e planejamento em Minas continua, por exemplo, dentre muito outros, em Pereira (2016), em dissertação na Unicamp e Lacerta (2019), na UFRJ.

Assim se justificam as conclusões de Paula (2004), que trata Pinheiro como um desenvolvimentista:

“(...)destaca que João Pinheiro teria ensaiado o projeto desenvolvimentista, seja em sua versão nacional-desenvolvimentista, seja associada (p.273) e diria mais explicitamente que “a plataforma política de João Pinheiro anunciou os tempos do

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

desenvolvimentismo que viriam pós-1930. Em um aspecto essencial, há continuidade, entre esse desenvolvimentismo *avant le lettre* de João Pinheiro e o que seguiu” (p.276). Paula também destaca as associações que o próprio Juscelino Kubitschek (presidente no auge do desenvolvimentismo) fazia ao período e ideias de João Pinheiro. (apud OLIVEIRA e CAETANO, 2009)

Tais associações são também claras e explícitas em diversos pronunciamentos publicados em 1960 na Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva. (COELHO, 1960).

Seja pela ampla difusão ou ação direta de seus descendentes, as ideias de João Pinheiro chegam fortes no período desenvolvimentista (para uma conceituação clara e histórica do termo, ver *Bielschowsky*, 1988). O próprio Juscelino Kubitschek destacou a importância de João Pinheiro.

A tradição e pensamento de João Pinheiro da Silva são transmitidas diretamente por seus familiares (diretos e indiretos), muitos deles exercendo cargos públicos e influentes. Dentre todos, destacamos seu filho, Israel Pinheiro;

“(…) quando o presidente Olegário Maciel o nomeou membro do Conselho Consultivo do Estado. Tal decisão baseara-se no reconhecimento de sua operosidade administrativa, do seu tino político e agudo senso dos problemas mineiros. Já era presidente do Conselho - primeiro órgão de assessoria do Executivo estadual na administração republicana, criado por regulamento do governo Provisório - quando foi chamado pelo recém-nomeado interventor, Benedito Valadares, para chefiar a Secretaria de Agricultura, Comércio e Trabalho. Era então o fim de 1933 e Israel Pinheiro permaneceu no cargo até 1942. No exercício desse cargo, pautou sua atuação pelos princípios progressistas que haviam informado a filosofia política de seu pai. De certo modo, pode-se dizer que realizou projetos que a prematura morte de João Pinheiro havia sustado. Entre esses, destacam-se a criação da Cidade Industrial de Contagem e a Feira Permanente de Amostras, implantada em 1936. (ALMG, s/d).¹⁸

A frente da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas iniciou o *Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais* em 1934, sendo o mesmo concluído em 1935 e publicado em 1937 (VAZ, 1996, pp 97-101). Este Plano inaugura uma longa tradição de planejamento em Minas Gerais e no Brasil. Depois vieram muitos outros:

“A novidade introduzida em 1947 pelo Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção e, logo depois, pelo Plano de Eletrificação foi o conceito de planejamento integrado, ou seja, pensar, pesquisar, planejar e executar de forma global, visando superar os estrangulamentos e fomentar os potenciais de

¹⁸ Mais informações sobre Israel Pinheiro podem ser aprofundadas em CPDOC/FGV

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

determinada região (no caso, Minas Gerais) ou setor (o elétrico). Ao invés de projetos isolados, planeja-se para que haja sinergia entre elementos diversos. O Plano de Recuperação Econômica, coordenado por Américo René Gianetti, secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (pasta em que já tinham passado Israel Pinheiro e Lucas Lopes) (MATA-MACHADO, s/d)

Ainda sobre Israel Pinheiro, muitas foram suas participações nos governos Vargas, como na criação da CSN (que presidiu), da Petrobrás, e também no Governo JK, onde, dentre inúmeras funções, presidiu a Nova Cap e a construção de Brasília.

A trajetória de Israel continuou apoiando o desenvolvimento e o planejamento, tendo governado Minas no final dos anos (19)60 e início dos 70.

“Em resumo, o governo de Israel Pinheiro concluiu a montagem institucional modernizada que já vinha sendo moldada desde da SAICT, passando pela CEMIG e consolidando-se com o tripé BDMG, INDI e CDI. Além disso, contou com o arranjo de Incentivos Fiscais e a FJP para realização de estudos sobre a economia e a sociedade mineiras. (LACERDA, 2019, p. 58).

O objetivo aqui não foi fazer uma biografia de Israel Pinheiro, mas demonstrar as conexões entre suas ações e o pensamento de João Pinheiro no início do século XX, conexões estas reiteradas pelo próprio Israel inúmeras vezes, conforme pode ser conferido em Vaz (1996).

Outra conexão importante está no papel dos mineiros na formação e gestão do planejamento do Brasil. Não nos deteremos aqui, pois já é sabidamente comprovado, e são muitos os trabalhos neste sentido. Destacamos apenas alguns para aqueles que querem se aprofundar no assunto: Godoy, Barbosa e Barbosa (2008), Barbosa e Barbosa (2010) Diniz (1991), Dulci (1999) e aqueles trabalhos mais relacionados a Lucas Lopes (DINIZ, 2008, LOPES, 2016), que ficou conhecido como o planejador de JK. Caminhando para as considerações finais; “*Bem disse o Sr. Juscelino Kubitschek, no seu discurso de ontem, que **as realidades de hoje são os sonhos de João Pinheiro***” (grifo nosso) (COELHO, 1960, p.202)

Com isto fechamos a conexão entre o pensamento econômico mineiro e o que para uns é o auge do desenvolvimentismo e do processo de substituição de importações no Brasil, a presidência de Juscelino Kubitschek.

6. Considerações Finais.

Começamos este trabalho com a indagação se o pensamento mineiro, especialmente de João Pinheiro, seria uma antecipação do desenvolvimentismo que se consolidaria especialmente nos anos (19)50.

Se pensarmos em termos de ideias, a resposta é sim; havia consistência e precocidade nas teses de defesa do protecionismo, diversificação da produção e participação do Estado na economia, elementos que formam a base para o chamado desenvolvimentismo nos anos 50 e 60 do século XX.

No entanto, suas ideias não conseguiram êxito em sua implantação. Assim como também não aconteceu em Ruy Barbosa no final do século XX.

A base para o surgimento de tais ideias era a economia mineira, diversificada e desconcentrada. Exposta precocemente, pela proximidade, a concorrência do Rio e, depois, cada vez mais forte de São Paulo, a elite mineira, composta por políticos de múltiplas e simultâneas atividades, reage, levando para o campo das reivindicações políticas os problemas que eles (ou seus familiares e base política) vivenciavam como fazendeiros (fazenda mista), comerciantes e industriais.

Minas não teve, naquele momento, força política ou econômica para implantar seu projeto definido no Congresso de 1903. As questões políticas, num primeiro momento, ao dispersar recursos em múltiplas reivindicações, até contribuíram para dificultar o desenvolvimento. Mas, no médio prazo, contribuíram para formar uma classe política e tecnocrática apta a gerenciar o Estado e os instrumentos de planejamento.

Com a mudança de conjuntura pós 1930, com o modelo de substituição de importações imperando e a ideia de desenvolvimento fortalecida, as ideias desenvolvimentistas encontraram ambiente propício e puderam ser retomadas.

Os elos entre aqueles “desenvolvimentistas” do início do século XX, cujo projeto foi consolidado no Congresso de 1903, e dos desenvolvimentistas dos anos (19)50 e 60, podem ser rastreados na formação das elites, da tecnocracia e na formação e estrutura do planejamento de Minas e Brasil.

Aqui foram mostrados alguns destes caminhos, através de Israel Pinheiro, dando sequência e substância as ideias de seu pai, João Pinheiro da Silva.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Referências

ALMG, BIBLIOTECA DIGITAL DA (s/d). **Israel Pinheiro da Silva**. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/2549/3/2549.pdf>>. Acesso em 03/06/2021.

BARBOSA e BARBOSA. Elites técnicas, Estado desenvolvimento regional em Minas Gerais na Era Vargas. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 111-128, 2010.

BARBOSA, Francisco de Assis (org). **Idéias Políticas de João Pinheiro**: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980.

BASTOS, Humberto. **O Pensamento Industrial no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.

CÂMARA dos Deputados (s/d). **João Pinheiro e sua doutrina**: 1889-1908. Brasília, Câmara dos Deputados. 1984 (Edição fac-similar, sem informação da data da publicação original).

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**: 1930-1970. São Paulo: Global, 1985.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, Daniel de (1963). **Francisco Sales**: um político de outros tempos. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1963.

CPDOC/FGV. **Israel Pinheiro da Silva**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/israel-pinheiro-da-silva>>. Acesso em 03/06/2021.

CPDOC/FGV. **Afonso Pena**. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENA,%20Afonso.pdf>

DINIZ, Clélio Campolina (2008). Lucas Lopes, o visionário do desenvolvimentismo.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Revista do Arquivo Público Mineiro, v.44, n.2, jul/dez 2008, pp.82-95. Belo Horizonte: APM.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra (2004). Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo, v.15, n.2. 2004.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo (1955). **Um estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Historiografia mineira: tendências e contrastes**. *VariaHistória*, Belo Horizonte, n° 20, p. 45-59, 1999.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica: convento e disciplina**. 2 ed. Brasília: UnB, 2002.

GODOY, BARBOSA e BARBOSA (2009). **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais** - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009 (2008, texto para discussão n° 347).

Jornal **Minas Geraes** 02 de fevereiro de 1903, p. 2.

Jornal **Minas Geraes**, 07 de fevereiro de 1903, p. 3.

Jornal **Minas Gerais**. Ano XVI, n. 242, p. 4.

LACERDA, Gabriel. **Desenvolvimento e Planejamento Estadual em Minas Gerais**. UFRJ, 2019. (dissertação, IPPUR, UFRJ).

LINS, Ivan Monteiro de Barros (1966). **João Pinheiro, sua formação filosófica e seus ideais humanos, sociais e políticos**. Belo Horizonte: S.ed., 1966.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

LOPES, Rodrigo. **Sonho e Razão - Lucas Lopes, o Planejador de JK**, Editora ARX, 2016.

MARTINS, Amílcar. **O Segredo de Minas. A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte, Crisálida. 2009.

MARTINS, Roberto Borges, “**Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil**”, Vanderbilt University, 1980 (tese de doutorado).

MATA-MACHADO (s/d), Bernardo. **Fundação João Pinheiro: 50 Anos – Antecedentes Históricos**, 2019. <http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Artigo-para-o-Portal-Historia-da-Fundacao-Joao-Pinheiro-final-Bernardo-Mata-Machado.pdf> acesso em 18/06/2021

MATA-MACHADO (1985), B. Notas para uma história do capitalismo em Minas Gerais. (revista) **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v.15, N. 8, set-dez/1985.

MENDONÇA, Marina e PIRES, Marcos. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2002.

MONTEIRO, Norma de Góis. **Dicionário Biográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, v.2, 1994.

O Novo Governo de Minas, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal **O Paíz**, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, / n. 43, ano 1906, 17 de setembro., p. 31.

OLIVEIRA E CAETANO. A Trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento. **Revista Temporalidades**, vol. I, n.º 1, março de 2009.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (2008). João Pinheiro da Silva, um Desenvolvementista nos Primórdios da República? Um diálogo com as fontes. **Revista de Economia Política e História Econômica**, Ano 5, n.15. Dezembro de 2008, pp. 51-105.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O Pensamento Econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)**. São Paulo. USP, 2012 (Tese em História Econômica, FFLCH/USP).

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; CAETANO, Ana Carolina Ferreira. A trajetória de

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

um propagandista no início da república: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento. **Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2010. <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/publicacoes/diamantina-2010/>

PAIVA, C. A; GODOY, M. M. Território de Contrastes: Economia e Sociedade nas Minas Gerais do Século XIX. In **Anais do X Seminário de Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, p.33-34, 2002.

PAIVA. Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XX**. 1996. 228f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1996.

PAULA, João Antônio de: “Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro”. **Pensamento & Debate**, São Paulo, v.15, n.2(26), 2004.

PEREIRA, Camila Amaral. **João Pinheiro da Silva: organização nacional e dinâmica econômica (1890-1908)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2016.

PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “*commodity*” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, p. 138, 2007.

RACHE, Pedro. **Homens de Minas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

Relatório I do Ministro da Fazenda Francisco Salles de 1910 e 1911. *Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais*.

SENNA, Caio Nelson. **João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo**. 1860 a 1908. sl. se., 1941.

SILVA, João Pinheiro da. **Carta a Calógeras**, APM, doc. 1620, 1905, caixa 12

SILVA, João Pinheiro da. **Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro**, 1907.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: brasiliense, 1986.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

TAMM, Paulo. **João Pinheiro**. s/l, s/d. (Obra premiada pela Academia Mineira de Letras, disponível na biblioteca FFLCH/USP).

VAZ, Alisson Mascarenhas. **Bernardo Mascarenhas**: Desarrumando o arrumado. Um homem de negócios do século XIX. Belo Horizonte: Cedro, 2005.

VAZ, Alisson Mascarenhas. **Cia. Cedro e Cachoeira – história de uma empresa familiar – 1883-1987**. Belo Horizonte, 1990.

VAZ, Alisson Mascarenhas. **Israel, uma vida para a história**. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce. 1996.